
MULHERES DA COMUNIDADE DO MARACANÃ EM SÃO LUÍS-MA: SABERES E PRÁTICAS DE CUIDADO COM A NATUREZA

MUJERES DE LA COMUNIDAD MARACANÁ EN SÃO LUIS-MA:
CONOCIMIENTOS Y PRÁCTICAS DE CUIDADO DE LA NATURALEZA

WOMEN FROM THE MARACANÃ COMMUNITY IN SÃO LUIS-MA:
KNOWLEDGE AND PRACTICES OF CARING FOR NATURE

Luísa Amanda Oliveira de Sousa¹

<https://orcid.org/0009-0006-8294>
<http://lattes.cnpq.br/4162174644634062>

Rosirene Martins Lima²

<https://orcid.org/0000-000250999639>
<https://lattes.cnpq.br/9909869874080441>

RESUMO: O propósito deste artigo é examinar os saberes e práticas de cuidado com a natureza das mulheres reconhecidas como lideranças comunitárias no enfrentamento das mudanças em curso na comunidade do Maracanã, na cidade de São Luís-MA. A atuação das mulheres representa uma significativa participação em diversas atividades voltadas para o cuidado com a natureza e com o modo de vida da comunidade. Procedeu-se à escuta de algumas mulheres que tiraram um tempo dos seus afazeres comunitários e domésticos para conversar com as pesquisadoras. Essa escuta consiste em ouvir suas falas, suas histórias, suas percepções sobre as lidas comunitárias. As trilhas percorridas por elas são marcadas pelo compromisso com a defesa, a recuperação e a manutenção das condições socioambientais e culturais, imprescindíveis para a manutenção dos modos de ser e viver da comunidade.

Palavras-Chave: Mulheres; Saberes; Práticas de cuidado; Comunidade do Maracanã.

¹ Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

² Doutora em Desenvolvimento e Meio ambiente pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Cidade Território e Meio Ambiente (Uema).

RESUMEN: El objetivo de este artículo es discutir los conocimientos y prácticas de cuidado de la naturaleza, de mujeres reconocidas como líderes comunitarias, frente a los cambios que se están produciendo en la Comunidad de Maracanã, de la ciudad de São Luís-MA. El trabajo de las mujeres representa un aporte significativo en varios frentes y actividades encaminadas al cuidado de la naturaleza y el modo de vida de la Comunidad. Para discutir sus prácticas y conocimientos, escuchamos a algunas mujeres que se tomaron un tiempo de sus deberes comunitarios y domésticos para hablar con nosotros. Escucha que consiste en escuchar sus discursos, sus historias, sus percepciones sobre las actividades comunitarias. Las rutas y senderos que siguen están marcados por su compromiso con la defensa, recuperación y mantenimiento de las condiciones socioambientales y culturales, esenciales para el mantenimiento de las formas de ser y vivir de la comunidad.

Palabras-Clave: Mujeres; Saberes; Prácticas de cuidado; Comunidad Maracanã.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the knowledge and practices of caring for nature, of women recognized as community leaders, in facing the changes underway in the Maracanã Community, in the city of São Luís-MA. Women's work represents a significant contribution on several fronts and activities aimed at caring for nature and the Community's way of life. To discuss their practices and knowledge, we listened to some women who took time out from their community and domestic duties to talk to us. Listening which consists of listening to their speeches, their stories, their perceptions about community activities. The routes and trails followed by them are marked by their commitment to the defense, recovery and maintenance of socio-environmental and cultural conditions, essential for maintaining the community's ways of being and living.

Keywords: Women; Knowledge; Care practices; Maracanã Community.

INTRODUÇÃO

A comunidade do Maracanã, situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã³, zona rural de São Luís (Figura 1), tem sido submetida a um intenso processo de urbanização impulsionado pela implantação dos conjuntos habitacionais, Santo Antônio I e II, Amendoeiras I, II e III e Morada do Sol, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tiveram implicações significativas no meio ambiente e no modo de vida dos “antigos moradores”. A área em questão possui uma rica diversidade natural, cultural, religiosa, mas a chegada do PMCMV provocou a devastação da natureza e mudanças importantes no modo de viver da comunidade (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018). O adensamento populacional

³ A APA do Maracanã, criada por meio do Decreto Estadual n.º 12.103, de 1.º de outubro de 1991, ocupa uma área aproximada de 1.831 hectares.

repentino reconfigurou o espaço, produziu uma nova ordem de problemas e trouxe consigo novos desafios para os “antigos moradores”, que se reconhecem como a comunidade do Maracanã, com um modo de vida ancorado em diversos saberes e fazeres relacionados às diferentes práticas culturais e religiosas, entre as quais a prática extrativa da juçara, que tem um expressivo peso na sua organização e na sua reprodução física e cultural

Figura 1 – Área de Proteção Ambiental do Maracanã.



Fonte: Agregar Ambiental, 2022.

A mudança de cenário na comunidade do Maracanã foi sentida desde o início da implantação do PMCMV. De fato, os problemas começaram a aparecer ainda na fase da terraplanagem dos terrenos para a construção das casas dos conjuntos, quando entulhos e materiais residuais foram levados para os córregos, riachos e nascentes, com consequente prejuízo para os seres não humanos – rios, matas, juçarais, buritizais, pequenos animais e os encantados da APA – e para os “antigos moradores”. Os juçarais da região ocultam cursos de água e brejos que, para os moradores, são redutos da “mãe d’água”. Esses seres encantados, habitantes das matas, estariam ameaçados porque as águas estão sendo violadas em razão dos processos de assoreamento e de morte dos rios, riachos e córregos, em decorrência da construção dos conjuntos habitacionais (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

Diante dos processos de destruição e de desestruturação das condições e dos modos de organizar e de viver da comunidade, as mulheres decidiram encabeçar a luta por meio da realização de e diversas atividades no interior da comunidade e por meio da interlocução com agentes e instituições públicas, sobretudo a Secretaria de Meio Ambiente Estadual (Sema), a Secretaria de Meio Ambiente Municipal (Semam) e o Ministério Público. Nesse contexto, a atuação das mulheres representa uma significativa contribuição em diversas frentes e atividades voltadas para as práticas de cuidado com a natureza e com o modo de vida da comunidade, que envolvem festas, rezas e militância nos espaços e expedientes entendidos como necessários à preservação da APA do Maracanã.

Em estudo realizado em 2018, Shiraiishi Neto, Lima e Alcobaça já haviam observado que as mulheres desempenham papel preponderante na produção e na reprodução dos saberes e das práticas relacionadas ao cuidado com a natureza. Ao manter a conexão com a natureza e o sagrado, elas dão continuidade a um entendimento considerado pelos “antigos moradores” necessário para a reprodução física e cultural da própria comunidade.

Há, em Maracanã, uma dupla de irmãs cordelistas e poetas do grupo de teatro “Companhia Juçara com Farinha”. O cordel, a poesia, a música e o teatro representam uma maneira de expressar, por meio da arte, as lutas e as tradições da comunidade, são apresentados nas festividades e nos espaços de luta em forma de manifesto, agradecimento, homenagem e traduzem a motivação para juntar, mobilizar e engajar os moradores nos compromissos com as melhorias do lugar. Shiva (1998) ajuda a observar a potência da atuação das mulheres, quando lembra que a recuperação do princípio feminino é implica também recuperar a natureza, a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. Na ótica de Lisboa (2010), a adoção da perspectiva de gênero tem como proposta mirar uma realidade a partir de mulheres e com mulheres para revolucionar a ordem dos poderes. Isso permite a autonomia e o protagonismo feminino. Dessa forma, as políticas pensadas por mulheres perpetuam o seu papel na reprodução social e no enfrentamento das desigualdades em vários aspectos.

O propósito deste artigo é examinar os saberes e práticas de cuidado com a natureza das mulheres reconhecidas como lideranças comunitárias no enfrentamento das mudanças em curso na comunidade do Maracanã. A escuta, no sentido que lhe atribui Mignolo (2003), foi a estratégia utilizada para nos aproximar do universo dessas mulheres reconhecidas como lideranças. A escuta consistiu em ouvir suas falas, suas histórias, suas percepções sobre a vida da comunidade com toda a gama de situações. A escuta também se faz por meio do

acompanhamento e do registro de alguns acontecimentos, por ocasião de visitas e de participação em momentos relevantes da comunidade, como a Festa de Reis e a Festa da Juçara. Apoiamo-nos também em Bourdieu (2016) para analisar racionalmente o contexto do Maracanã e os processos que ensejaram as mudanças em curso.

As formas de organização protagonizadas pelas mulheres do Maracanã, a fim de frear os impactos socioambientais causados pelo PMCMV na área, são interpretadas como parte de um repertório de ação coletiva, demarcado inicialmente pela ação de tornar pública uma mobilização contra uma agressão ambiental em uma unidade de conservação. As trilhas percorridas pelas mulheres do Maracanã são marcadas pelo compromisso com a defesa, a recuperação e a manutenção das condições socioambientais e culturais, imprescindíveis para a manutenção dos modos de ser e de viver da comunidade.

O conteúdo está dividido em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira contextualiza as mudanças em curso na comunidade do Maracanã, focalizando o PMCMV, uma política de moradia responsável pela instalação de empreendimentos imobiliários e econômicos nessas áreas rurais e de preservação ambiental, que determinam a expansão e a reorganização do espaço urbano, gerando problemas e conflitos de diversas naturezas. A segunda seção examina a atuação das mulheres nos diferentes manifestações e reivindicações para solucionar os problemas ali instalados. Na última seção, apresentam-se algumas práticas e saberes produzidos no seio das vivências cotidianas expressos no cuidado com todas as formas de vida e com o próprio ser da comunidade.

MUDANÇAS EM CURSO NA COMUNIDADE DE MARACANÃ

A situação que a comunidade do Maracanã tem vivido nos últimos anos resulta de determinações que se dão fora daquele espaço. A chegada de grandes empresas de outros estados e a execução de projetos federais, como o PMCMV, surpreenderam os moradores e induziram a expansão urbana da cidade de São Luís para a região metropolitana, produzindo importantes transformações socioespaciais, na medida em que foram incorporadas “novas” áreas urbanas e rurais, incluindo áreas de preservação ambiental.

O PMCMV foi criado em 2009, por iniciativa do Governo Federal. O objetivo era promover o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, subsidiando-as financeiramente para que pudessem adquirir ou construir uma moradia. A parceria estabelecida entre o Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, e o setor imobiliário no

âmbito do PMCMV insere-se em uma longa história de intervenção na questão habitacional. O setor imobiliário é composto por um conjunto de diferentes agentes e é um dos principais responsáveis pela condução da política urbana brasileira. Suas intervenções no espaço urbano produzem cidades fragmentadas socioespacialmente e segregadas (Botelho, 2007; Maricato, 2009).

No sistema capitalista, a moradia transforma-se em mercadoria cuja produção envolve agentes e interesses diversos e investimentos de capital de grande monta (Harvey, 1980) A propriedade da terra de forma geral e da moradia, no caso específico, converteu-se em uma das mais recentes e poderosas fronteiras de expansão do capital financeiro. Com efeito, o entendimento da moradia como um bem social, um direito humano básico e da cidade como espaço público foi abandonado (Rolnik, 2015). Por um lado, há a necessidade de atender o elevado déficit habitacional; por outro, existe uma significativa dificuldade de acesso à terra, e a produção de moradia, nesse contexto, acaba por associar-se aos fenômenos de segregação espacial. Essa segregação ocorre não apenas pela produção direta do setor imobiliário, mas também pela ação das políticas públicas.

O modelo econômico neoliberal vigente incentiva a criação de políticas públicas, mas o Estado paulatinamente abandona sua função de promotor do desenvolvimento urbano. O setor privado torna-se protagonista e principal provedor da habitação, contribuindo para o agravamento da segregação socioespacial (Mattos, 2010). Assim, nas últimas décadas, o Estado tendeu a adotar a função de facilitador e de subsidiário da habitação, assumindo um papel secundário na construção das cidades.

A decisão de escolher os terrenos e de elaborar os projetos para a construção dos conjuntos é entregue, como no PMCMV, aos agentes imobiliários privados, cujo único critério norteador da tomada de decisões é a obtenção de lucros. Por conseguinte, a regra básica, é economizar, desde o preço dos terrenos até a finalização da obra. Como resultado, assiste-se à construção de megaempreendimentos que obedecem a uma monótona e árida padronização, como forma de reduzir os custos, localizados longe de toda infraestrutura e dos serviços (Rolnik, 2015).

Esse processo orientado pelos empreendimentos imobiliários e econômicos instalados nas áreas rurais e de preservação ambiental determina a expansão e a reorganização do espaço urbano, gerando problemas e conflitos de diversas naturezas. Como consequência dessa política urbana e de moradia, emergem, de um lado, “bairros” populares distantes dos serviços e da assistência pública e, de outro, condomínios de alta renda que formam “enclaves”,

revelando assim a face autoritária e higienista do projeto de cidade que se consolida (Shiraishi Neto; Lima; Serra, 2018).

A construção de 5 984 unidades habitacionais do PMCMV, em 2012, na área do Maracanã, pelos empreendimentos imobiliários em parceria com o Poder Público municipal, seguiu invariavelmente a mesma lógica: foram instaladas em terrenos mais baratos, geralmente na zona rural da São Luís e em locais distantes das áreas mais urbanizadas. A mudança de cenário na comunidade do Maracanã foi sentida desde o início da implantação do PMCMV: os problemas começaram a aparecer ainda na fase da terraplanagem dos terrenos para a construção das casas dos conjuntos do PMCMV, o que levou entulhos e materiais residuais para os córregos, riachos e nascentes, com conseqüente prejuízo para seres não humanos – a flora, a fauna, os encantados – e os antigos moradores da APA do Maracanã.

De uma hora para outra, os ‘antigos moradores’ viram-se cercados por conjuntos de casas e moradores novos, desconhecidos, circulando, sobrecarregando os serviços já precários, de saúde, de educação, de transporte público. Além disso, o grande número de pessoas novas trouxe consigo insegurança e desestabilizou a maneira de ser e de viver da e na comunidade, como o costume dos moradores de ficar conversando sentados às portas das casas, de andar com tranquilidade pelas ruas, já que conheciam todos os vizinhos.

Após essas mudanças, relatos de moradores da comunidade do Maracanã apontam algumas práticas que são evitadas na comunidade, por causa da violência e da insegurança, como dormir com as portas e janelas abertas ou se sentar à porta de suas casas até tarde da noite, por exemplo, como era de costume. Assim, pode-se conjecturar que a realidade tradicional do Maracanã foi solapada a partir de projetos externos e alheios aos moradores, uma racionalidade produzida fora para atender os interesses de mercado, como bem observou Rolnik (2015).

A comunidade do Maracanã, principalmente as mulheres, tem-se organizado de diversas formas para enfrentar os problemas que têm afetado as condições socioambientais e culturais da área. Alguns expedientes têm sido relevantes para o fortalecimento dessa luta, como protestos, articulação entre as associações de bairros presentes na mesma APA, participação na criação e na manutenção de conselho consultivo da unidade de conservação, além de um ativismo que provoca as diferentes esferas do poder público.

AS MULHERES E A NATUREZA EM MARACANÃ

A defesa do jeito de viver dos “antigos moradores” da comunidade do Maracanã pode aproximar-se da noção de território (Little, 2002) porque os vínculos de solidariedade e de ajuda mútua expressam regras construídas sobre um território tido como comum. A dinâmica dos processos de territorialização circunscreve terras de pertencimento coletivo, nelas o uso dos elementos naturais na produção não está relacionado somente com a organização tradicional do grupo étnico, do parentesco, da família ou do povoado. No caso da comunidade do Maracanã, as práticas são coletivas, e o território comum acaba sendo a própria APA. Todas as manifestações culturais são compartilhadas e cuidadas de forma zelosa e coletiva, ligadas ainda a redes de solidariedade confirmadas diante de conflitos externos que ameaçam as comunidades tradicionais. Por essa razão, a noção de tradicional envolve, para além de laços afetivos e da identidade coletiva, uma capacidade política de mobilização (Almeida, 2008).

Dentre essas práticas, destaca-se uma luta já antiga, mas só concretizada muito recentemente: a criação do Conselho Consultivo da APA do Maracanã (Conam) e do Plano de Manejo, entendidos como instrumentos de luta e uma estratégia para obrigar o Poder Público, por meio da Sema e da Semam, a assumir suas responsabilidades na atenção, na recuperação dos danos já causados e no acompanhamento da proteção daqui para frente. As mulheres, principalmente Odelina Ferraz, têm tomado a dianteira na articulação, na mobilização e na organização de reuniões com as instituições públicas, Sema, Semam, Ministério Público, com representantes das empresas e dos moradores da comunidade do Maracanã – inclusive as mulheres lideranças do Conjunto Amendoeiras do PMCMV –, com o propósito de pactuarem acordos de cooperação e responsabilidade conjunta. Tais práticas permitem observar mobilizações que aparentam incorporar uma “ecologia política” (Latour, 2019).

A ecologia política inscreve-se assim numa pauta social que é absorvida de diferentes formas: nos modos de produção, nas modificações da vida pública, na direção das instituições e nas políticas específicas voltadas para a relação entre natureza e sociedade (Lopes, 2008). As maneiras de se relacionar com a natureza de distintos lugares vão sendo elaboradas de acordo com contextos sociais que traduzem uma concepção de vida (Escobar, 2005).

Uma forma de conceber essa dimensão apoia-se na categoria ambientalização dos conflitos (Lopes, 2008) para representar a interiorização de questões relacionadas com a problemática ambiental, ressaltando como as questões ambientais podem ligar-se a outras

questões presentes na sociedade. Os contextos sociais de transformação dos espaços de natureza na cidade de São Luís envolvem articulações políticas, mudanças de conjuntura e alterações nas concepções estabelecidas, acontecimentos que relacionam diferentes atores em suas lutas sociais por uma maior participação nas decisões que interferem em seus lugares de convívio e de atuação. Nesse sentido, a APA do Maracanã torna-se ambiente de “encontro” ou de “desencontro” entre a natureza e a cidade: quando se realizam celebrações religiosas, quando o espaço de habitação, as práticas de lazer, os não humanos e as atividades econômicas, os processos naturais, como reprodução de espécies e purificação do ar, são objeto de disputas e projetos políticos.

Quando essas espacialidades são construídas socialmente, as decisões pertinentes ao seu manejo são orientadas pelo seu uso. Tal característica implica um planejamento dos usos dos elementos naturais que considere os processos sociais envolvidos no lugar. Nesse sentido, para defender seus modos de vida contra percepções dominantes vinda de fora, os movimentos sociais – no caso, o ativismo, sobretudo das mulheres – pautam a questão ambiental, como o Conam, a partir do entendimento de que é possível imaginar a vida de outras maneiras, que não somente a que está dada como legítima (Escobar, 2005).

Pode-se dizer que, na APA do Maracanã, têm-se configurado atividades relativas à questão ambiental. Tais ações são percebidas pela mobilização de conceitos relacionados à natureza, pela articulação social e política e pela aproximação de instituições que discutem a questão ambiental no estado e na cidade. Como já mencionado anteriormente, nesse contexto de enfrentamento, o protagonismo das mulheres é marcadamente expressivo.

O cuidado com a natureza na comunidade do Maracanã é especialmente assumido e realizado pelas mulheres, que transmitem seu conhecimento às gerações mais novas, embora, como observado em estudos anteriores por Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018), tenha diminuído o interesse dos mais jovens. A recuperação do princípio feminino implica também a recuperação da natureza, da mulher, do homem e das formas criativas de Ser e Viver. No que se refere à natureza, a mulher considera-a como um organismo vivo, produtivo e ativo. No que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica de novo usar a ação e a atividade para criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem (Shiva, 1998).

Contudo, vale ressaltar que o papel das mulheres se afasta da naturalização de uma identificação biológica entre ambas. Tal identificação serviu e serve à dominação patriarcal, que trata as mulheres como se fossem uma segunda natureza, objeto de exploração. De fato,

há uma relação entre a sociedade patriarcal e a subjugação da natureza. A forma de tratar a natureza e a mulher é semelhante na dominação do sistema patriarcal capitalista. Assim, as teorias ecofeministas analisam “a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista” (Capra, 1996, p. 18).

O ecofeminismo, então, pode ser entendido à luz de alguns princípios gerais. Para Emma Siliprandi (2000), do ponto de vista econômico, existe uma similaridade entre a dominação das mulheres e a exploração da natureza na racionalidade ocidental hegemônica. Nessa visão, há uma identificação da “mulher com a Natureza e [d]o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de ‘dominar’ a natureza” (Siliprandi, 2000, p. 63). Assim, no ecofeminismo, “as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da natureza seria uma condição para a libertação da mulher” (Siliprandi, 2000, p. 63).

Os estudos feministas sobre problemas ambientais mostram que o gênero é de suma importância para a mudança ambiental. Dessa maneira, a preocupação do ecofeminismo com o desenvolvimento desigual, o colonialismo e o imperialismo na geração de conflitos ambientais é cada vez mais necessária para a reforma democrática de gênero em outras esferas na teia social (Connell; Pearse, 2015). Explicita Harvey (2013):

A criação de novos espaços urbanos comuns, de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas. [...] O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político (Harvey 2013, p. 33-34).

As relações de gênero democratizadas contribuirão para novas formas de organização social e política em direção à igualdade de participação nos espaços de poder, sobretudo nas discussões sobre o respeito à natureza e à diversidade cultural. Atualmente, essas pautas são defendidas também nas plataformas de redes sociais, através da internet, pelas feministas e militantes engajadas.

MULHERES, SABERES E PRÁTICAS DE CUIDADO

*Somo pássaros barulhentos
zona rural das grandes festas
de gente de muito talento,
é uma área muito nobre
de riquezas naturais
é um berço de cultura
de várias manifestações culturais
Das muitas atrações que temos
todas elas são essenciais.
Tem bum-meu-boi
e muitas danças
além dos famosos festivais
da juçara e do camarão
são nossas riquezas naturais.
Gostaria muito de ter
asfalto, transporte, saúde e educação,
pois as políticas públicas na comunidade,
é um direito essencial do cidadão.*

Odelina Ferraz e Raimunda Ferraz
Cordelistas da Companhia da Juçara com Farinha

Várias formas de arte – a poesia, o cordel, a música, o teatro – surgem no seio das vivências cotidianas como expressão de reconhecimento da existência e do ser dos humanos e dos não humanos, em um entrelaçamento vital e único. Emerge também o grito, a ressaca experimentada em razão da negligência do Poder Público, que não garante o acesso aos direitos básicos, como a saúde, a educação, a mobilidade. O cordel acima, obra das irmãs Odelina Ferraz e Raimunda Ferraz, testemunha um dos recursos muito utilizados, sobretudo por elas, que são lideranças reconhecidas pela comunidade, para alertar e conscientizar os moradores da área, mas também em outros espaços, da situação ali instalada.

As mulheres têm uma relação muito forte com a natureza, demonstrada no cuidado com todas as formas de vida. Adota-se aqui a noção de cuidado de Leonardo Boff (1999) para interpretar as maneiras de cuidar dos seres humanos e não humanos observadas na comunidade. Cuidar, para o autor, é mais do que um ato: é uma atitude; é mais do que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro (Boff, 1999). A atitude gera muitos atos que expressam a atitude de fundo – o cuidado material, pessoal, social, ecológico e espiritual.

Boff (1999) fala do cuidado como modo de ser essencial, ou seja, como maneira de ser e de estruturar-se. O cuidado entra na natureza e na constituição do humano. À luz desse conceito, interpretamos as atitudes expressas por meio de muitos atos das mulheres do Maracanã, no cuidado com a natureza, com os riachos, com os juçarais, com a boa relação com a vizinhança nova do PMCMV. Cuidar do outro é zelar para que essa dialogação, essa ação de diálogo eu-tu seja libertadora, sinérgica e construtora de aliança de paz. A ideia do cuidado está associada a diferentes estratégias e formas de mobilização adotadas pelas mulheres.

As rezas, a Festa de Reis e outras festas estão intrinsecamente relacionadas aos modos de viver da comunidade do Maracanã e fazem parte da rotina dos moradores. As rezas seguem o calendário católico. Uma das festas mais importantes é a Festa de Reis, comemorada no mês de janeiro. As novenas do mês de maio e outras novenas de devoção aos santos são distribuídas ao longo do ano. As rezas, incluindo a ladainha rezada em latim, têm servido para aproximar os “antigos moradores” da comunidade do Maracanã e os novos moradores dos conjuntos do PMCMV, principalmente do Conjunto Amendoeiras, que foi o primeiro a ser construído.

Outra iniciativa importante relaciona-se à cultura e à arte. As mulheres, mais especificamente duas irmãs que são lideranças do Maracanã, criaram a companhia de teatro chamada “Juçara com Farinha”. Elas mesmas elaboram os textos, criam os poemas e encenam os espetáculos, cujo conteúdo objetiva chamar a atenção para as causas e os problemas da comunidade. As apresentações são realizadas tanto na comunidade como em outros lugares e espaços da cidade de São Luís.

Analisamos as observações *in loco* e as conversas com algumas mulheres da comunidade do Maracanã, que têm enfrentado as mudanças e a destruição dos bens comuns e das formas de se organizar e de viver, com base nas ideias de Dardot e Laval (2017), que entendem o comum como um princípio que organiza as lutas e estratégias para enfrentar os problemas socioambientais em escala global. No caso específico das mulheres do Maracanã, interpretamos o comum como um princípio político que tece e urde seus engajamentos nas lutas cotidianas para garantir as condições materiais – a natureza, os serviços públicos coletivos, a convivência dos novos e antigos moradores – e as condições simbólicas – suas cosmologias, suas crenças, suas formas de viver junto com humanos e não humanos.

Essas necessidades são comuns aos moradores antigos e novos. Por causa delas, as mulheres são criativas e inventivas nas maneiras de elaborar estratégias, de enfrentar os

desafios. Um outro aspecto importante observado é que essas mulheres, principalmente as lideranças, partem das suas tradições, de seus conhecimentos, de suas experiências, de suas práticas cotidianas como fundamento das suas insurreições, aqui entendidas como não naturalização das situações adversas, como enfrentamento de conflitos por meio de ações acordadas entre os sujeitos envolvidos. Assim, essas mulheres têm mantido e reinventado em certa medida suas maneiras de ser e de viver na comunidade do Maracanã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo possibilitou o acesso a conhecimentos sobre a formação da comunidade do Maracanã e sobre as primeiras relações que foram sendo estabelecidas no lugar. Foi possível identificar a relação entre o crescimento urbano da cidade de São Luís e suas diferentes frentes, que incluíram a APA do Maracanã.

Observa-se, assim, uma ocupação do solo caracterizada ao mesmo tempo por uma alta concentração de novos empreendimentos no município de São Luís e por uma densa produção de habitações nas periferias e na zona rural. Esses investimentos não acontecem de forma integrada e “sustentável”, o que não é positivo para a sociedade e para o meio ambiente, pois os “novos” lugares transformam-se em depósitos humanos inóspitos, como observado nos estudos até então.

Dessa forma, vão-se constituindo espaços cada vez mais regidos por relações contratuais privadas e “livres” dos constrangimentos político-burocráticos do Estado. Em suma, as empreiteiras definem os projetos, constroem e fazem a gestão dos empreendimentos pelo menor preço. O Estado só paga a conta. Atores privados passam a ter também a função de governo, o que causa um emaranhado entre o privado e o público, reconfigurando a ordem política. Os conflitos socioambientais podem, então, ser entendidos como os que ocorrem com grupos sociais que possuem diferentes interesses, modos de apropriação, utilização e significação do território. No Maracanã, a comunidade tradicional enfrenta as ameaças à sua existência física e cultural, reafirmando o seu modo de viver e denunciando a perversidade da lógica econômica neoliberal do Estado.

A tentativa de descrever o lugar, seu processo de formação e as atividades aí presentes foi importante para perceber as interações sociais envolvidas na formação da APA, seu processo de ocupação, sua relação com os conjuntos habitacionais do PMCMV e a busca das mulheres por estratégias que favoreçam a continuidade de seus modos de vida. Daí a

necessidade de construir relações com órgãos governamentais e não governamentais para mobilizar políticas públicas e ambientais pertinentes às áreas protegidas. O Conam trabalha politicamente e coletivamente para a obtenção dos resultados de seus interesses.

No Maracanã, a construção maciça dos residenciais é vista como um signo do avanço da urbanização e da devastação múltipla sobre a comunidade. Essa comunidade teve de “adaptar-se” a condições de vida muito hostis, que vão de encontro à vida historicamente já organizada por ela. A urbanização que chega por meio dos conjuntos habitacionais trouxe para aquela localidade problemáticas até então inexistentes, como a violência urbana, a superlotação, por exemplo.

As formas de organização protagonizadas pelas mulheres do Maracanã, a fim de frear os impactos socioambientais causados pelo PMCMV na área, são interpretadas como parte de um repertório de ação coletiva, demarcado inicialmente pela ação de publicizar uma mobilização contra a agressão ambiental a uma unidade de conservação. Para esse movimento, tratava-se de uma tentativa de comercialização de terras públicas, compreendidas pelos atores como um bem comum e de uso de todos. As trilhas percorridas pelas mulheres são marcadas pelo compromisso com a defesa, a recuperação e a manutenção das condições socioambientais e culturais, imprescindíveis para a manutenção dos modos de ser e de viver da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: NVersos, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas públicas com perspectiva de gênero: afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: UnB, 2002. (Série Antropologia, n. 322). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da>. Acesso em: 3 mar. 2024.

LOPES, José Antônio Viana (org.). São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección **General de Arquitectura y Vivienda**, 2008. (Edição bilíngue).

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 21, p. 33-52, 1. sem. 2009.

MATTOS, Carlos A. de. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: de ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 47, p. 81-104, 2010.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, Luzinele Everton de. **Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global**. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 99-115, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5479>.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; SERRA, Sergio Lopes. **A cidade em disputa: São Luís sob a ordem do capital financeiro**. [São Luís]: [s. n.], 2018.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Madrid: Horas y Horas, 1998. (Cuadernos Inacabados, 18).

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000.